

TIE-BACK

Desafios em sua implantação no Brasil

21/11/2024

Marcus Vinicius Quintanilha Werner

Chefe do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de Petróleo e Gás Natural – NFP

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
mwerner@anp.gov.br



Impacto nas Participações Governamentais

2023	Petróleo (bbl)	Gás Natural (mil m3)
Produção	1.241.543.006	54.675.505
PGOV - Royalties e PE	R\$ 95.580.000.000	
Impacto do erro de 1% no volume	R\$ 955.800.000	

PGOV é função de:

- Volume produzido
- Qualidade do hidrocarboneto
- Preço do petróleo
- Câmbio

O que é um tie-back?

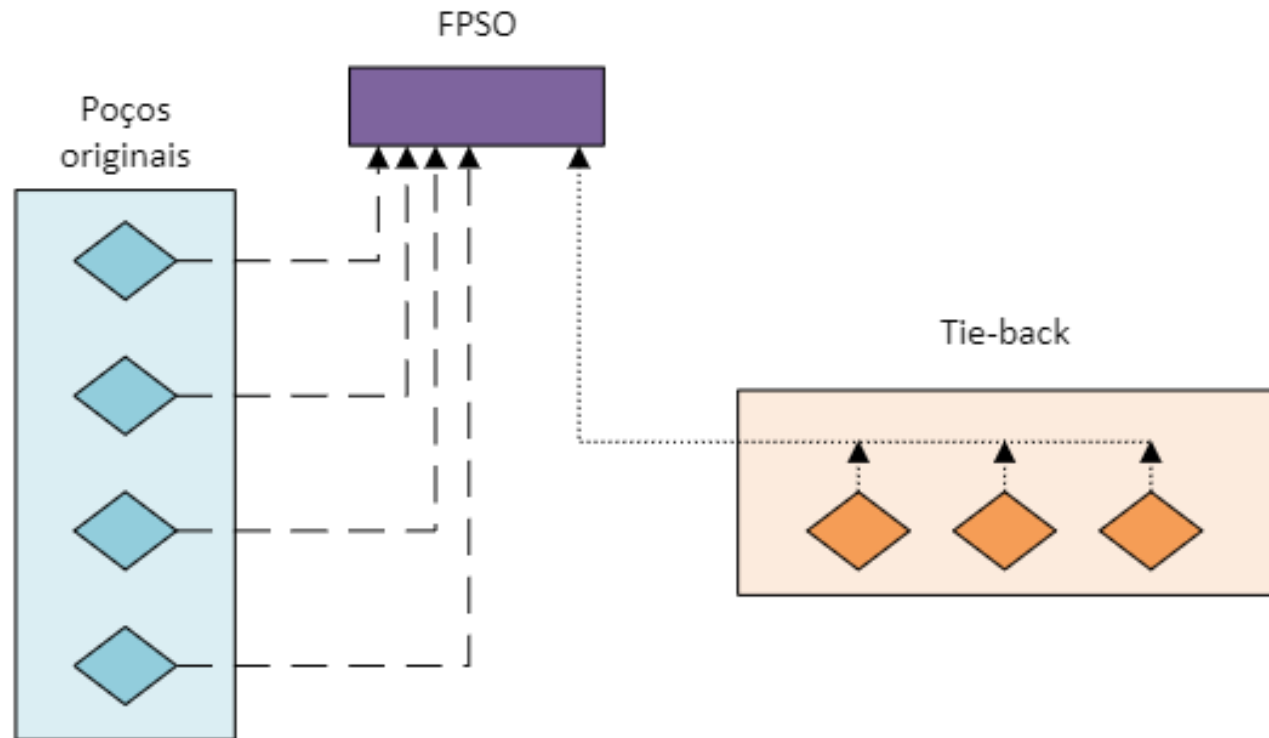
Benefícios

- redução de custos;
- otimização de recursos; e
- viabilizar acumulações marginais.

Desafios

- perda de pressão nas linhas;
- gestão térmica;
- limitações de distância;
- complexidade nos controles remotos;
- custos e dificuldade de manutenção;
- compatibilidade de infraestrutura;
- Identificação de vazamentos; e
- atendimento a regulação.

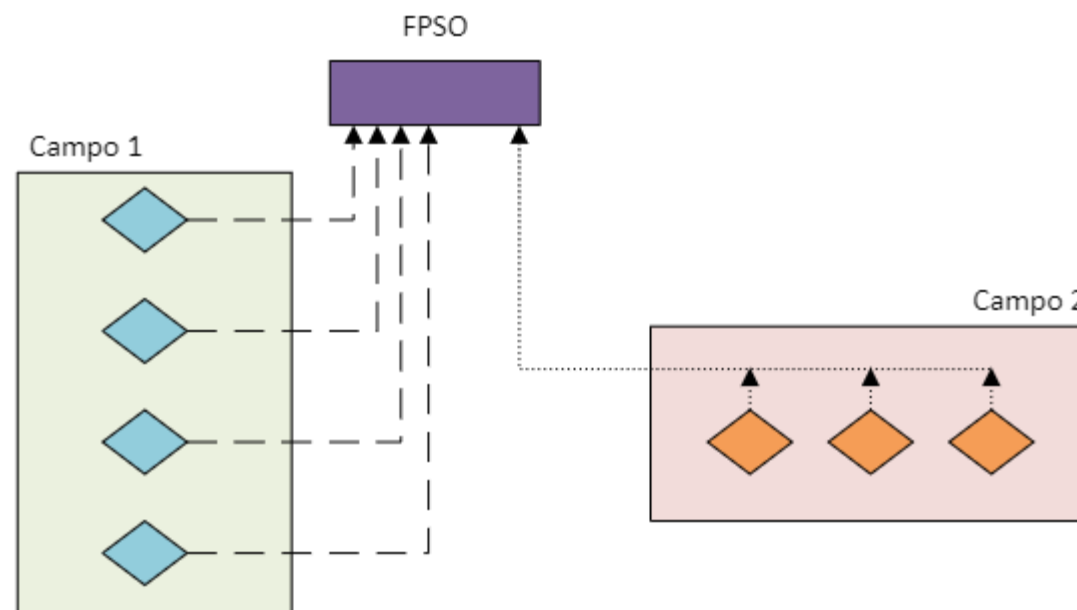
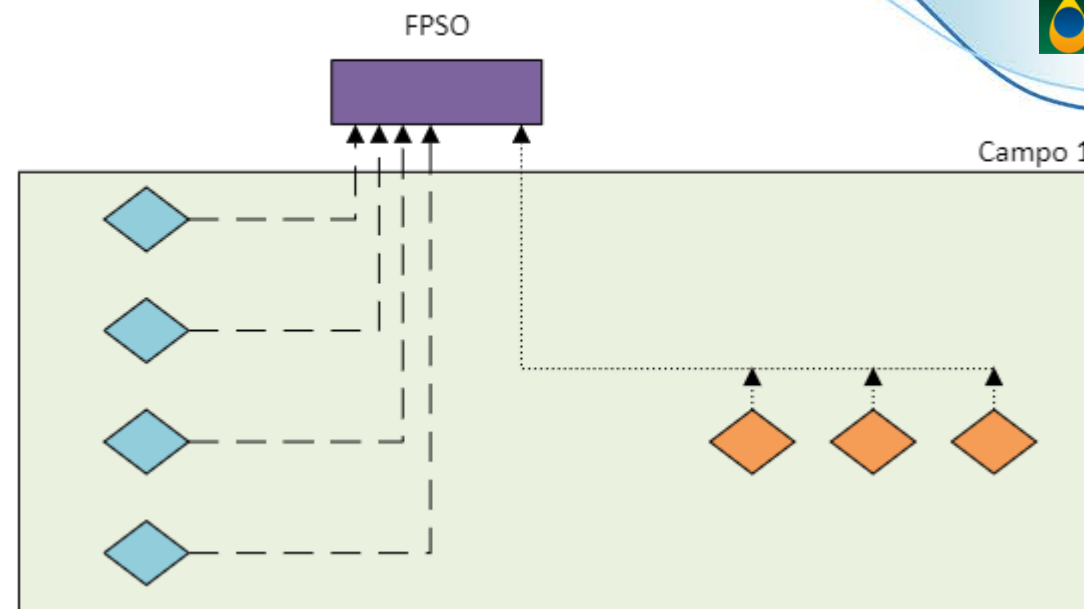
Extensão de um projeto de exploração para incorporar uma nova acumulação



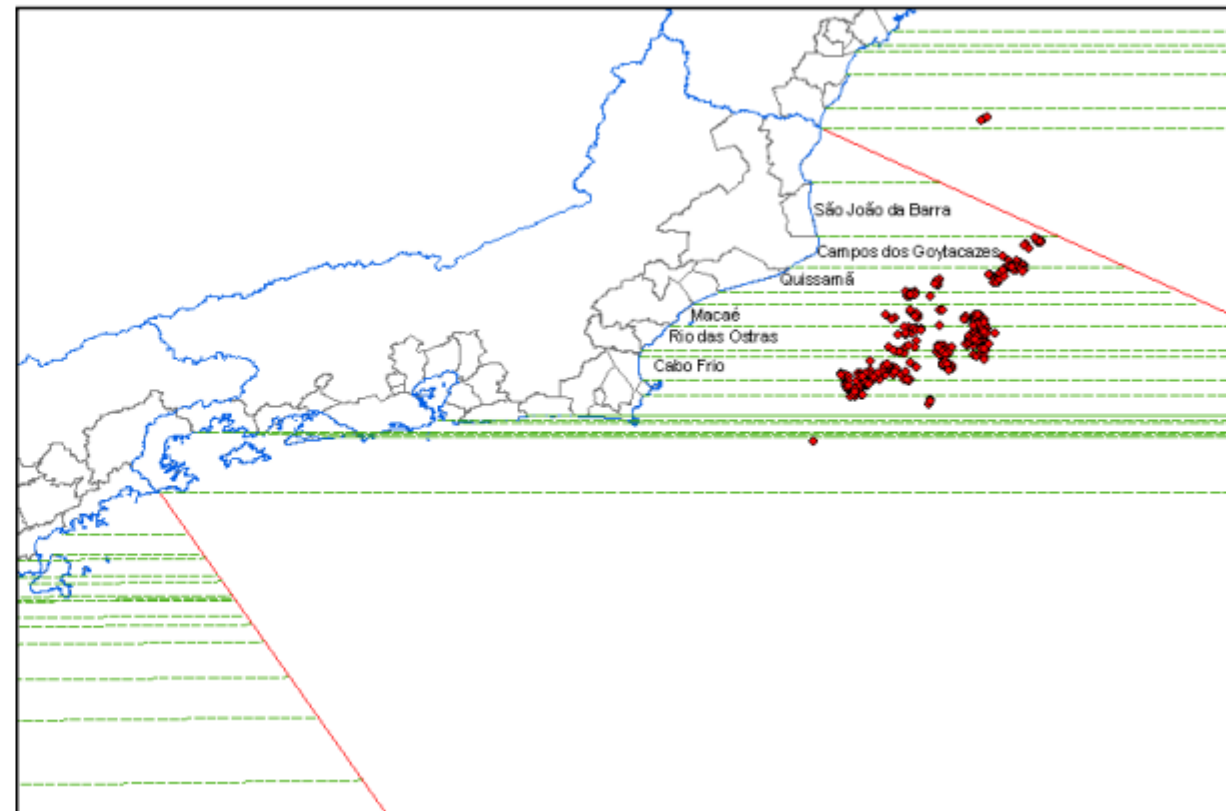
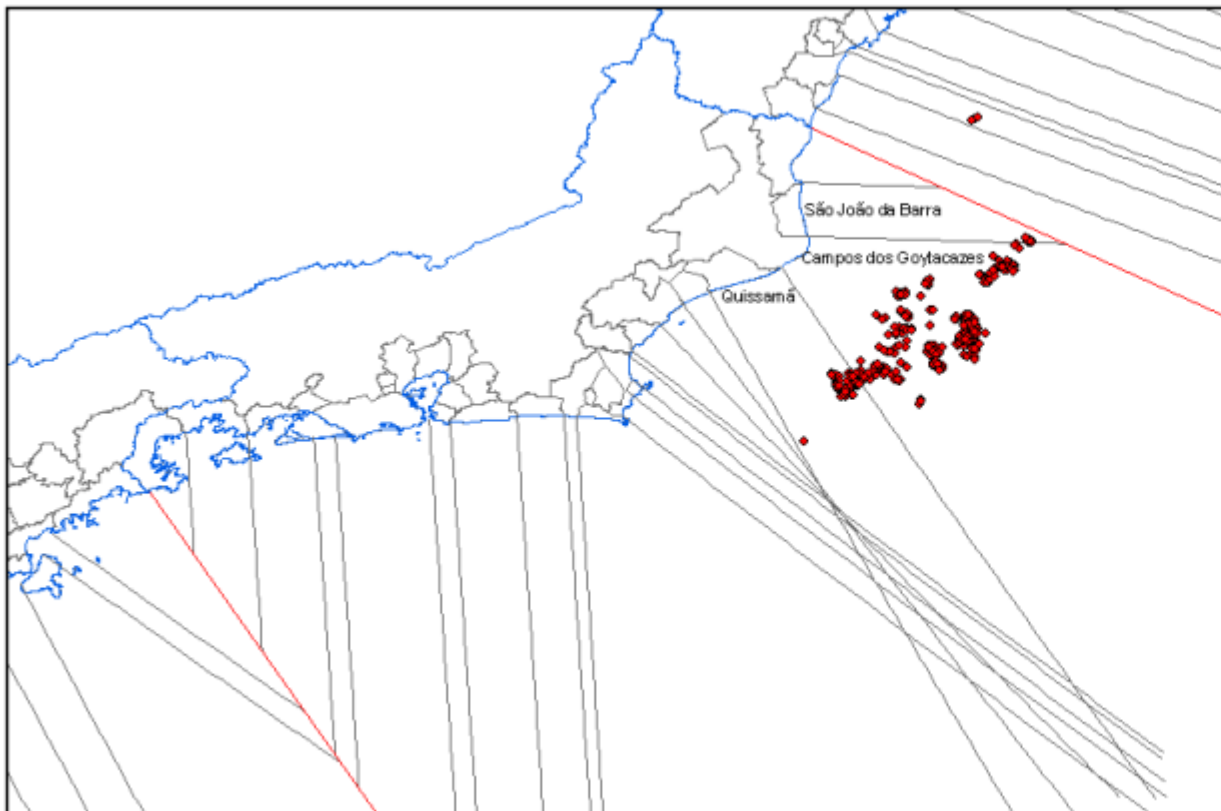
Impactos na Medição da Produção

Desafios do tie-back para a medição

- Limitações da medição multifásica Resolução ANP 44/2015;
- Existem múltiplos e diferentes layouts submarinos;
- Dificuldade para realização de testes de produção;
- Mistura de métodos de apropriação;
- Potencial impacto na distribuição de royalties; e
- Desenvolvimento de métodos de harmonização de metodologias e para tratar contingências.



Alocação da Produção e Distribuição de Royalties



Considerações Finais sobre tie-backs

- Tema de elevada complexidade por envolver diferentes dimensões (econômica, engenharia, regulatória e de política pública).
- Não é proibido e não precisa ser autorizado de forma específica.
- Deve ser aprovado no âmbito do plano de desenvolvimento dos campos.
- Não gera efeitos nas participações governamentais quando utilizado para desenvolver acumulações dentro de um mesmo campo.
- No que se refere a disciplina de medição, tem como principal desafio a adequação da apropriação.
- Existem cerca de 1500 processos judiciais envolvendo royalties, sendo que cerca de 400 entes federativos os recebem em função de decisão judicial.
- A solução passa por analisar quais as melhores soluções técnicas para cada caso, gerando jurisprudência administrativa para casos similares.



OBRIGADO

Marcus Vinicius Quintanilha Werner

Chefe do Núcleo de Fiscalização da Medição da Produção de
Petróleo e Gás Natural – NFP

ANP - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
mwerner@anp.gov.br

